

EIXO TEMÁTICO: INICIAÇÃO PARADESPORTIVA

Artes marciais: combatendo as diferenças através da pedagogia progressista

Martial arts: fighting the differences through of progressive pedagogy

Carolina Damasceno Lima dos Passos; Luciana Santos Souza Pauli; Carlos Kiyoshi Katashima; Bárbara de Almeida Rodrigues; Rodolfo Marinho; Milton Shoiti Misuta; Alcides Jose Scaglia; José Rodrigo Pauli

FCA, Unicamp, Limeira, SP. Curso de Ciências do Esporte.
e-mail: rodrigopaulifca@gmail.com

Resumo

Introdução: estudos que abordam o tema metodologia pedagógica para o ensino das artes marciais são poucos na literatura. É ainda mais raro encontrar estudos que investigaram o efeito de diferentes propostas pedagógicas para o ensino das artes marciais para pessoas com deficiência intelectual. Objetivos: Este estudo teve como objetivo comparar os efeitos de duas metodologias pedagógicas, a tradicional (tecnicista) e a progressista (através do jogo) para o ensino-aprendizagem das artes marciais. Métodos: A amostra do estudo foi composta de crianças com deficiência intelectual, entre 8 a 10 anos de idade, de ambos os gêneros, pertencentes a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) da cidade de Santa Bárbara d'Oeste, estado de São Paulo, Brasil. Durante as aulas de artes marciais foram desenvolvidas atividades de artes marciais de acordo com dois modelos pedagógicos (tradicional e progressista), que aconteceram em 10 aulas com duração de 50 minutos cada. Durante as aulas e ao final da intervenção com cada metodologia pedagógica foram avaliados o desempenho em alguns testes motores e o aprendizado adquirido em relação as artes marciais. Além disso, foi feita uma análise do aprendizado através de questionário com checklist e o desempenho em tarefas práticas através de observação. Resultados: De acordo com os dados obtidos no estudo, observou-se que o desempenho nos testes motores foi semelhante entre os grupos estudados. No entanto, o grupo que recebeu a pedagogia progressista teve melhor desempenho nas atividades práticas e de desafios em aula, recebendo melhores conceitos na análise. Por fim, na atividade final nem sempre aqueles que receberam a pedagogia progressista tiveram melhor rendimento. Conclusão: Conclui-se, que a melhor estratégia ao ensino das artes marciais para crianças deficientes intelectuais é a combinação de ambas as pedagogias, a tradicional e a progressista. Sendo que a pedagogia progressista deve ser considerada para o ensino das artes marciais.

Descritores: Deficiência intelectual, crianças, pedagogia tradicional, pedagogia progressista, ensino-aprendizagem, artes marciais.

Introdução

Na atualidade as artes marciais são praticadas por diferentes razões que incluem esporte, saúde, autodefesa, desenvolvimento pessoal, entre outras. Ademais, no âmbito da sociedade visa disciplinar a mente, forjar o caráter e o desenvolvimento da autoconfiança. No entanto, qual melhor estratégia pedagógica para o ensino-aprendizagem das artes marciais? Pode a pedagogia progressista que atualmente tem sido foco de pesquisa de alguns profissionais de educação física e de uso em diferentes modalidades esportivas proporcionar melhor compreensão e aprendizagem das artes marciais?

Nesse contexto, sabe-se que a pedagogia do esporte tradicional orienta-se pelo viés do pensamento simplista, resume suas intervenções no campo da racionalidade dos padrões técnicos (memorização) e movimentos mecanicistas (repetitivos) defendendo a ideia que o aluno não sabe praticar esporte se não realizarem os movimentos de acordo com certas prescrições biomecânicas e fisiológicas¹. A técnica é ensinada de forma instrumental e fragmentada, dividida em gestos técnicos padronizados e a compreensão do jogo só é realizada a partir de uma definição unilateral estabelecida pelo professor-treinador.

Por outro lado, a pedagogia esportiva progressista oferece caminhos qualitativos para transformar essa realidade, isto é, o desenvolvimento de metodologia de ensino na iniciação esportiva é um processo que envolve mais do que o ensino-aprendizagem de gestos motores^{2,3}. O modelo de ensino de jogos, na busca de compreensão, propõe uma porta de entrada diferente da tradicional, ou seja, a tática (compreensão do jogo) é o ponto de partida para a técnica (eficácia da ação motora). Essa proposta de compreensão dos jogos parte da crítica à abordagem tradicional, que sempre enfatizou a técnica como centro das atenções de toda pedagogia esportiva.

Há uma extensa lacuna sobre esta temática na literatura científica, podendo este estudo contribuir com conhecimentos relevantes para futuras pesquisas e na atuação dos profissionais

junto com o público infantil com deficiência intelectual. Ademais o estudo da pedagogia das lutas com deficientes intelectuais poderá ofertar nova possibilidade de aprendizado e de atividade visando maior qualidade e expectativa de vida fisicamente ativa as crianças. Por fim, as atividades desenvolvidas com a nova pedagogia de ensino, a qual é denominada de progressista, poderá inserir nas crianças a essência do respeito, da disciplina, do caráter, da autoestima, do autocontrole, entre outras, presentes ao ensino das artes marciais. Portanto, o objetivo do presente estudo foi avaliar o desempenho motor e prático de crianças com deficiências intelectuais submetidas a dois programas de treinamento das artes marciais com a pedagogia tradicional e progressista.

Materiais e métodos

Amostra: Constituída por 20 crianças, com deficiência intelectual comprovada e idade de 8 a 10 anos, provenientes da APAE de Santa Bárbara d'Oeste-SP, Brasil. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo comitê de ética e pesquisa da FCM da Unicamp (processo nº 134.325). Sendo que os princípios de ética foram respeitados e estão de acordo com a Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde.

Programa de treinamento: As aulas tiveram a periodicidade de uma vez por semana, com duração de 50 minutos cada, num total de 10 aulas. As crianças foram aleatoriamente divididas e alocadas em dois grupos: Grupo 1, Pedagogia Tradicional ou Tecnicista) e Grupo 2, pedagogia progressista ou através do Jogo.

Avaliações

Avaliação motora: Antes e após o período experimental foram realizados os testes de aptidão motora propostos por Rosa Neto⁴, que consiste na avaliação da coordenação motora e do equilíbrio. Os testes da bateria são selecio-

nados de acordo com a idade cronológica (IC), e a classificação dos resultados indica a idade motora global (IMG), calculada pelo produto da soma das pontuações obtidas em cada um dos seis testes da bateria dividido pelo número de testes. Os resultados obtidos foram adaptados para pessoas com deficiência intelectual conforme proposto por Almeida⁵.

Avaliação do desempenho dos alunos durante as aulas: Através de um checklist foi possível avaliar o desempenho dos alunos em cada aula. Foram avaliados os seguintes componentes: tempo de execução (dos movimentos, golpes etc.), tempo de interpretação da situação e memorização dos movimentos, etc. O conceito aplicado foi relacionado ao tempo (1 minuto) de execução, conforme descrito a seguir:

- Ótimo – Tempo ≤ a 30 segundos
- Bom – Tempo entre 31 e 45 segundos
- Razoável – Tempo entre 46 e 60 segundos
- Pouco Satisfatório – Tempo > 60 segundos
- Insatisfatório – Não realizar.

Ao final foi feita uma análise do desempenho que foi apresentado em porcentagem entre cada grupo participante.

Atividade de Jogo ou “combate”: Foi avaliada uma única vez ao final do experimento. O jogo foi composto de um circuito no qual os alunos tiveram que realizar as seguintes atividades: a) um rolamento; b) derrubar um “oponente” com as técnicas de quedas; c) fazer um deslocamento pelos cones (demonstrando a lateralidade); d) combate entre os grupos, onde eles tinham o tempo de 1 minuto para conquistar pontos, mostrando o que aprenderam de golpes e defesa e da imprevisibilidade das lutas.

Análise dos resultados: Utilizou-se o programa Excel 2010 para a estatística descritiva, mediante a análise da média e desvio padrão. Para comparar o comportamento dos grupos ao longo do tempo, segundo cada variável de interesse, foi empregado o modelo de análise de variância com medidas repetidas e o método

de comparações múltiplas de Bonferroni, sendo adotado $p < 0,05$.

Resultados e Discussão

O Gráfico 1, faz uma análise dos resultados obtidos nos testes motores com as duas propostas pedagógicas.

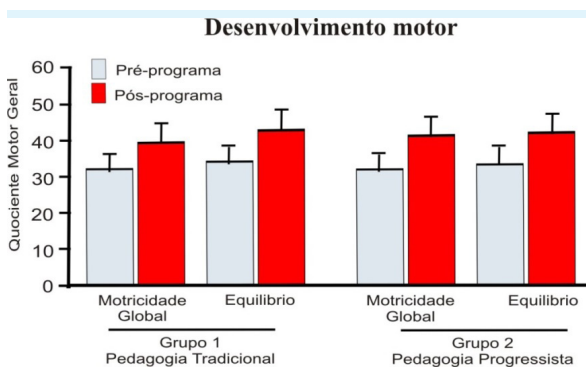


Gráfico 1. Desempenho motor antes e ao final do programa de treinamento de artes marciais.

Não foram observadas mudanças significativas para ambos os testes para o grupo 1 e 2. No entanto, observa-se tendência de melhora no desempenho para ambos os grupos após 10 aulas. O fato do grupo de crianças que recebeu a pedagogia progressista ter tido desempenho nos testes motores similares ao grupo que recebeu a pedagogia tradicional mostra que é possível melhorar a técnica e do desempenho através dos jogos e das brincadeiras, sendo isto muito importante para a criança. Entretanto, o resultado referente à motricidade global e equilíbrio mostra que as crianças com deficiência intelectual se encontram num estágio de desenvolvimento motor inferior a crianças não deficientes intelectuais. Resultado similar foi encontrado por Almeida⁵ com indivíduos deficientes intelectuais.

Resultados do desempenho durante as aulas: verifica-se que o grupo 2, que recebeu a pedagogia progressista, para avaliação de memóri-

zação o conceito ótimo esteve presente em 20%, Bom 70% e Razoável 10%. No tempo de interpretação teve 70% de Ótimo e no tempo de execução 20% de Ótimo e 80% de Bom. Assim, verifica-se que o grupo 2, teve melhores resultados na análise de memorização e tempo de interpretação se comparado ao grupo 1. No entanto, o grupo 1 teve resultado mais satisfatório para a análise do tempo de execução da tarefa, com 20% a mais de Ótimo em comparação ao grupo 2. Segundo Sugai⁶ qualquer que seja a atividade física, ela pode e deve ser lúdica, mas é de suma importância que oriente o aluno no sentido das descobertas de si mesmo. Nota-se neste estudo que o grupo 2 que recebeu a pedagogia progressista demonstrou maior entendimento e interpretação de algumas tarefas propostas em aula quando comparada as crianças do grupo 1.

Resultados referentes ao jogo final: Foi verificado que os alunos que receberam a pedagogia progressista tiveram um melhor desempenho no combate, com ações que demonstraram maior capacidade de superar os desafios e situações imprevisíveis. Porém na análise de acertos dos movimentos (golpes) apresentaram maior dificuldade em aplicá-los no oponente, sendo o desempenho melhor para o grupo 1. Dentre as dificuldades apresentadas pode-se destacar a imprecisão na distância ou não sabiam como agir quando o oponente esquivava rápido ou lhe aplicava vários golpes. Mesquita e Graça² e Scaglia¹ destacam que o jogo de futebol, como todos os jogos coletivos de invasão exige habilidades abertas, ou seja, habilidades que sejam flexíveis e ajustáveis aos contextos de suas respectivas realizações, pois o jogo tende ao caos e não à ordem linear e servil^{1,2}. Nas artes marciais isso não é diferente, o indivíduo precisa utilizar de habilidades que sejam ajustáveis à imprevisibilidade. Esse comportamento mais autônomo

e independente pode ser transferido às outras atividades do cotidiano, sendo então de fundamental importância às crianças com deficiência intelectual. Porém, nas artes marciais a precisão também é relevante.

Conclusão

De acordo com os resultados obtidos, pode-se dizer que a melhor estratégia para o ensino-aprendizagem e desenvolvimento motor de crianças com deficiência intelectual parece ser a combinação da pedagogia tradicional e a progressista durante as aulas de artes marciais. Sendo que a pedagogia progressista deve ser considerada para o ensino das artes marciais.

Referências

1. Scaglia, A. J. ; Souza, A. Pedagogia do Esporte. In: COMISSÃO DE ESPECIALISTAS – ME. DIMENSÕES PEDAGÓGICAS DO ESPORTE. Brasília: Unb/Cad, 2004.
2. Mesquita, J; Graça, A. Modelos de ensino dos jogos desportivos. In: TANI, Go; BENTO, Jorge Olímpio; PETERSEN, Ricardo Demétrio de Souza. Pedagogia do Desporto. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. p. 269-283, 2006.
3. Scaglia, A. J.; Larissa MB. Pedagogia do esporte aplicado as lutas. Editora Phorte, 2010.
4. Rosa Neto, F. Manual de avaliação motora. Artmed, 2002.
5. Almeida, F. Deficiência mental: avaliação e classificação do desenvolvimento motor. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano), Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
6. Sugai, V. O Caminho do Guerreiro: integrando educação, autoconhecimento e autodomínio pelas artes marciais. São Paulo: Gente, vol 2, 2000.

Crianças e jovens com deficiência visual e o padrão motor correr: estímulos para o seu desenvolvimento

Children and youngsters with visual impairment and the motor pattern running: stimulating it's development

Rosilene Moraes Dieh

Doutora em Ciências do Movimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
E-mail para contato: rosilene.diehl@gmail.com

Resumo

Introdução: foram pesquisadas técnicas para desenvolver o padrão motor correr em crianças e jovens com deficiência visual, já que ele é pouco explorado por esta parcela da população. Objetivo: desenvolver métodos e optar por ferramentas de fácil acesso a fim de estimular a autonomia de crianças e jovens com deficiência visual no desenvolvimento do seu padrão moto correr. Métodos: através da observação participante nos testes, a pesquisadora analisou o padrão motor correr em crianças e jovens com deficiência visual e fez adaptações em testes de aptidão física. Resultados: crianças e jovens com deficiência visual têm dificuldade em correr e utilizam técnicas não adequadas, como o uso da ponta dos pés, provavelmente por falta de desenvolvimento correto. Foram desenvolvidas provas e metodologias de ensino e empoderamento a fim de estimular esta parcela da população. Conclusões: é explícita a necessidade de estimular crianças e jovens a desenvolverem o padrão motor correr.

Palavras-chave: Padrão motor correr. Crianças e jovens. Deficiência visual.

Introdução

A perda total ou parcial da capacidade de ver com o melhor olho, mesmo após correção ótica, caracteriza uma pessoa com deficiência visual. As causas mais frequentes de deficiência visual são as malformações oculares, o glaucoma congênito, a catarata congênita, a amaurose congênita de Leber (degeneração da retina) e também os riscos na infância, tais como a falta de cuidados pré-natais, a prematuridade e a falta da vacina preventiva da rubéola¹.

Para Haddad², a perda visual na infância parece limitar o desenvolvimento da pessoa: habilidades e tarefas motoras, atividades educativas e o desenvolvimento emocional e social são todos prejudicados. As primeiras, principalmente, porque seu desenvolvimento está relacionado às informações visuais percebidas, embora a visão não seja a única fonte de captação de informação.

Nos estudos de Conde³, as crianças cegas apresentaram desempenhos inferiores na área motora. De acordo com o autor, o equilíbrio dinâmico, a postura, a locomoção, a coordenação motora e a resistência física geralmente são comprometidos nestas crianças. Crianças cegas necessitam de muitos estímulos para desenvolver a confiança na discriminação sensorial tátil, aumentando assim sua capacidade perceptiva.

A fim de se estimular crianças e jovens com deficiência visual para o paradesporto, é necessário, antes de tudo, prepará-los para diversas atividades que serão exigidas no futuro. O padrão motor correr, por exemplo, é de difícil desenvolvimento, uma vez que este público não tem sua autonomia estimulada para esta atividade, ficando, na maior parte das vezes, limitada ao acompanhamento de pessoas-guia. As atividades aqui descritas têm com referência básica a bateria de testes indicada e utilizada pelo Projeto Esporte Brasil⁴. Foi uma preocupação constante desenvolver testes que priorizassem a autonomia do avaliado a fim de proporcionar maior tranquilidade para os indivíduos.

É o objetivos desta pesquisa, portanto, identificar e propor atividades que estimulem o padrão motor correr em crianças e jovens com deficiência visual, que sejam de fácil reprodução e que estimulem a autonomia dos indivíduos.

Metodologia

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, conforme o protocolo de número 18016.

Os sujeitos da pesquisa foram selecionados a partir de procedimentos não aleatórios, por acessibilidade num total de 21 escolares com deficiência visual, na faixa etária dos 7 aos 25 anos, sendo 11 deles com baixa visão e 10 deles cegos. Os dados sobre os tipos de deficiência foram obtidos com ajuda da Direção da própria instituição, bem como pela ficha preenchida pelos pais quando assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Eles foram avaliados com uma entrevista semiestruturada, gravada, durante e após a aplicação de cada atividade. Seu eixo norteador foram duas perguntas: “Entendeu facilmente ou com dificuldade as instruções/explicações?” e “A execução foi fácil ou difícil?”

Resultados e discussão

A perda visual é um obstáculo em determinadas tarefas motoras, porém muitas vezes não são impeditivas. De acordo com Gorgatti⁵, o atraso motor da criança cega “[...] pode estar relacionado à passividade motora, aos comportamentos estereotipados e às experiências limitadas com o ambiente que o cerca”.

Os sujeitos avaliados pareciam ter pouca vivência prática dos padrões básicos do desenvolvimento motor, como descrito na literatura.

A criança cega e com baixa visão possui um nível de exigência baixa quanto ao deslocamento com velocidade, em geral, por receio de

se machucar e de se arriscar. O deslocamento corporal exige precisão e segurança do percurso longo a ser percorrido e o avaliado precisa ter confiança no(a) guia. A corda estendida ao longo de mais de 20 m pode não lhe dar a firmeza desejada. O sujeito deverá sentir que a corda é uma referência tátil e não um guia de sustentação, como talvez uma pessoa segurando-o pela mão possa ser. Durante o teste, a corda, conforme o sujeito se deslocava, cedia um pouco para os lados e o avaliado ia percebendo e reelaborando sua orientação, sem forçar a corda.

Os indivíduos com baixa visão ao se aproximarem dos materiais já assimilavam o procedimento a ser adotado, principalmente através da aproximação dos objetos aos olhos. Para os avaliados cegos foi necessário repetir a explicação oral e tátil para cada um detalhadamente.

Os sujeitos de 7 a 10 anos necessitaram realizar o percurso mais de uma vez, alguns duas outros três vezes, primeiro caminhando e depois “trotando”. Para as crianças muito pequenas foi preciso incentivar fazendo analogias como com “um carro de corrida”.

Foi observada dificuldade de execução do padrão do correr nos indivíduos cegos, principalmente nas crianças. Pareciam correr na ponta dos pés, ou com pouca flexão dos joelhos e do tronco. Como as pessoas cegas não podem ter referências visuais, elas precisam redobrar sua percepção tátil e auditiva e correr exige muitos referenciais espaciais de direcionalidade de origem táteis e sonoras. As crianças cegas corriam com uma das mãos segurando o corrimão na corda-guia e o outro braço quase sempre parado, cruzando a linha central do tronco. Não utilizavam os braços como auxílio para o deslocamento. Um braço/mão ficava na corda guia, por necessidade, e o outro na frente do tronco parecia ser por precaução e maior segurança.

Outra observação resultante da pesquisa foi em relação à pouca flexão dos joelhos e tronco durante a corrida da criança cega e de alguns jovens. No padrão motor da corrida proficiente, o corpo inclina-se para frente, a perna de apoio estende-se 180° na arrancada, a perna oposta é

levada à frente, com o joelho flexionado, braços flexionados e projetados em oposição às pernas, demonstra-se uma fase aérea dos dois pés, o apoio dos pés vai do calcanhar ao dedo, ou tarso anterior, do pé na aterrissagem. O nível das experiências em atividades físicas diversificadas, como a corrida de velocidade, é geralmente pouco explorado em pessoas com deficiência visual, o que pode interferir no seu bom desempenho motor e físico. Alguns estudos sugerem atletas-guias ou guias humanos para auxiliar na orientação das atividades de corrida. Porém muitas vezes isso não é possível - seja por falta de pessoas para realizar essa tarefa ou por desinteresse e paciência de pessoas em ser um guia. Desta forma, propõem-se as adaptação com cordas-guias a fim de aumentar a autonomia deste público para deslocamento durante as brincadeiras e jogos, dando a possibilidade de a criança correr independente, sem precisar de outra pessoa como guia. Os avaliados relataram facilidade em executar a corrida tendo a corda como guia. Quando questionados especificamente sobre o material utilizado para confecção da corda-guia, foram unânimes na aprovação deste recurso.

Os avaliados realizaram a atividade com facilidade e aprovaram os recursos materiais e a execução do teste.

Conclusão

Ao se propor tarefas novas para crianças jovens com deficiência visual, foi observada a importância do professor esclarecer detalhadamente a dinâmica das atividades propostas. Cordas-guias utilizadas nos testes de corrida e caminhada foram bem aceitas pela amostra avaliada. Há limitações do movimento principalmente entre as crianças de sete a dez anos de idade, que pareciam ter poucas experiências corporais de padrões motores que exigissem deslocamentos e percepções do ambiente físico, o que ressalta a importância dos profissionais da áreas da educação física em oferecerem um suporte adequado a esta população.

Referências

1. BERNARDI, D. F.; COSTA, J. A criança cega. Anuário de Produção Acadêmica Docente, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 133-145, 2008.
2. HADDAD, M. Habilitação e reabilitação de escolares com baixa visão: aspectos médico-sociais. 2006. Tese (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
3. CONDE, A. A pessoa portadora de deficiência visual: seu corpo, seu movimento e seu mundo. In: PEDRINELLI, V. et al. Educação física e desporto para pessoas portadores de deficiência. Brasília: Ministério da Educação, 1994. p. 87-98.
4. GAYA, A. Manual de aplicação de medidas e testes, normas e critérios de avaliação. Porto Alegre: Projeto Esporte Brasil, 2009.
5. GORGATTI, M. Educação física escolar e inclusão. 2005. Tese (Doutorado)-Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

Importância da avaliação do desempenho aquático das pessoas com deficiência inseridas em aulas de natação para iniciação do treinamento paralímpico

Importance of aquatic performance evaluation of people with disability inserted in swimming lessons for initiation of paralympic training

Milton Vieira do Prado Jr; Marli Nabeiro¹; Rubens Venditti Jr; Deborah Gambary; Lais Martins; Adriano Borba; Alessandro Santos da Silva; Matheus Fava Bon; Leidy Johanna Alzate

1- Professores do Departamento de Educação Física, Faculdade de Ciências, Unesp- Campus Bauru e membros do Laboratório de Pesquisas em Educação Física (LAPEF); 2- Professora de Educação Física da Instituição Sociedade de Reabilitação e Reintegração do Incapacitado (SORRI-Bauru); 3- Estudantes vinculados ao Curso de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física da Unesp Bauru. Contatos – rubensjrvc@fc.unesp.br

Resumo

Este trabalho aborda a natação para a pessoa com deficiência (PCD), tendo como objetivo verificar o nível de desempenho aquático de participantes do projeto de ensino de natação adaptada. Destacamos o intuito de avaliar a perspectiva de início de um treinamento paralímpico em natação. Foram analisados 14 usuários da Sorri-Bauru, vinculados a um programa de iniciação, quanto ao seu nível de desempenho na água. Verificamos que a grande maioria ainda encontra-se em fase inicial da aprendizagem dos estilos, onde a respiração e a autonomia no meio líquido ainda necessitam ser amplamente dominadas. Porém, a partir dos resultados é possível propor o início do processo de treinamento criando um vínculo entre a PCD e o professor/técnico e que sejam respeitadas as limitações e potencialidades dos participantes.

Descritores: Natação; pessoa com deficiência; treinamento paralímpico

Introdução

A natação é uma das atividades indicadas para pessoa com deficiência (PCD) visando a melhora no desempenho físico, motor, cognitivo e afetivo social, é um meio que favorece a inclusão da PCD em práticas regulares de atividade física.

Nesta perspectiva, é possível observar em aulas de academias e projetos envolvendo pessoas com diferentes tipos de deficiência desenvolvendo as potencialidades e objetivos a serem alcançados. Segundo Prado Jr. et. al.¹ e Prado Jr.², a prática regular de atividade física é fundamental para a PCD, porém, é necessário conhecimentos sobre as características dos diferentes tipos de deficiências, suas limitações e potencialidades. Assim, identificar o nível de desempenho em que se encontra a PCD, por exemplo, em aulas de natação, permite avaliar a potencialidade para o treinamento paralímpico, encaminhar aquele indivíduo com real interesse no paradesporto, aprimorar metodologias de iniciação esportiva e de aperfeiçoamento em meio líquido.

Segundo Bichusky³, analisando a inclusão da PCD em academias de ensino da natação em 10 escolas, dos 3.015 inscritos, somente 19 possuíam algum tipo de deficiência, ou seja, 0,61%. Fica evidente que qualquer programa de estímulo de treinamento paralímpico deve inicialmente valorizar a ampliação de programas de iniciação a prática da natação para a PCD.

Ao iniciar um treinamento paralímpico é fundamental: buscar resultados e participar de competições; lidar com frustrações. Van Munster e Alves⁴ argumentam que quando recebemos um aluno com deficiência para a prática da natação, o desafio de entrar na piscina é mais um dentro do processo de inclusão social em uma sociedade pouco adaptada. Para os autores, iniciar e avançar no processo ensino-aprendizagem da natação está diretamente relacionado ao vínculo de confiança que se estabelece entre profissional e a PCD. Desta forma, é fundamental uma conversa com a PCD, colocar os objetivos do treinamento, as metas, as mudanças que de-

vem ocorrer na rotina de vida e principalmente, suas potencialidades e limitações, visando aderência e manutenção na prática.

Portanto, o problema que surge inicialmente é: será que todas as PCDs que estão vinculadas a projetos de iniciação a natação são potenciais nadadores paralímpicos?

Nesta perspectiva, o objetivo do estudo foi verificar o nível de desempenho aquático de participantes de um projeto de ensino de natação adaptada, vinculados à SORRI-Bauru, instituição especializada no atendimento e assistência à PCD. Também destacamos o intuito de avaliar a perspectiva de início de um treinamento paralímpico em natação.

Método

Avaliamos 14 sujeitos. Destes, 5 apresentam-se com distúrbios gerais (TDAH, Desvio Fonológico) e 9 com deficiências diversas (Síndrome de Down, Paralisia Cerebral, Deficiência Múltipla, TCE, Deficiência Intelectual). As aulas foram realizadas duas vezes por semana, numa piscina aquecida, de 25m por 17m e com profundidade entre 1,40m a 1,80m, com rampa de acesso e infra estrutura totalmente adaptada, nas instalações do complexo esportivo do Departamento de Educação Física, na Faculdade de Ciências da Unesp-Bauru. O programa de natação visa a adaptação ao meio líquido e o domínio corporal na água, buscando a iniciação dos estilos da natação para os usuários da instituição Sorri-Bauru. A Instituição atende pessoas com deficiências visando a estimulação motora, reabilitação e inserção no mercado de trabalho.

A avaliação utilizou o protocolo utilizado por Nabeiro et. al.⁵, que subdivide o desempenho na água em 5 níveis:

- I- Adaptação ao meio líquido- introdução as habilidades aquáticas;
- II- Habilidades fundamentais;
- III- Desenvolvimento dos nados;

IV- Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos nados;

V- Refinamento, aperfeiçoamento e desenvolvimento dos nados.

A análise qualitativa foi realizada durante as aulas do projeto, pelos integrantes que compõem este trabalho.

Resultados

Destacamos que apenas 02 sujeitos (14,2% dos participantes) encontram-se no nível I (movimentos introdutórios na piscina). Aprofundando um pouco mais esta informação, 01 dele se caracteriza com paralisia cerebral com dificuldade motora severa e 01 com Síndrome de Down. Estes dominam o entrar na piscina, locomover-se e iniciar a respiração em meio líquido.

No nível II foram classificados 05 sujeitos PCDs (35,7% dos participantes), que dominavam as habilidades fundamentais do movimento na água (domínio da flutuação e recuperação da posição em pé).

Já 04 sujeitos (28,5% dos participantes) apresentaram características no nível III (movimentos dos estilos e mantinham a flutuação na parte mais funda da piscina). Nenhum dos participantes foi classificado no nível IV, porém encontramos 03 indivíduos (21,4% dos participantes) na fase de aperfeiçoamento dos nados.

Quando subdivididos por tipo de dificuldades, das 05 pessoas que possuem distúrbios gerais, distribuímos 03 (60%) que estão no nível III e 02 (40%) estão no nível V.

Já dos 09 participantes com deficiência, 02 (22,2%) estão no nível I, 05 (55,5%) estão no nível II, 01 no nível III e 01 no nível IV.

Discussão

Fica evidente a partir dos dados que temos um grupo heterogêneo, com usuários no início do processo de aprendizagem dos estilos da natação, onde a variável respiração e domí-

nio corporal na água (autonomia) são variáveis decisivas para o progresso no processo ensino-aprendizagem, resultados estes semelhantes aos encontrados por Prado Jr. et. al.¹ e Bichusky³.

Verificamos também, que pessoas com deficiência foram classificadas em níveis de locomoção aquática onde já dominam pelos menos os estilos crawl, costas e peito. Desta forma, seria totalmente possível encaminhar estes usuários para o aperfeiçoamento em natação, porém, respeitando o que preconiza Van Munster e Alves⁴, ou seja, atender as necessidades dos alunos, entender sua condição, conhecer as especificidades dos fundamentos e processos pedagógicos da natação, visando despertar o potencial de cada indivíduo.

Conclusão

Fica evidente que o tipo de deficiência influencia no desempenho aquático e na seleção para continuidade no treinamento paralímpico. Porém, a continuidade da estimulação é fundamental para superar as limitações, dominar o medo e melhorar o desempenho aquático e, sendo assim, poderíamos indicar participantes do projeto para o treinamento. Assim, seria fundamental realizar a classificação funcional dos participantes para definir objetivos, metas e conversar com a PCD sobre o real interesse em iniciar um programa de treinamento paralímpico onde ocorrerá o aumento na frequência, volume e intensidade do treinamento. Reafirmamos que, conforme a literatura, será prioritário a criação do vínculo entre a pessoa com deficiência e o professor/técnico, bem como o conhecimento sobre a deficiência, as adaptações necessárias no processo ensino-aprendizagem para atingir os objetivos.

Referências



1. PRADO JR, M. V. do; FREGOLENTE, G.; JOAQUIM, É. R.; NOZAKI, J. M.; PAPALÉO, F. A. G. A prática da natação e a mudança de desempenho da pessoa portadora de deficiência. Anais da IX Semana Científica de Educação Física da Unesp. Bauru, SP, 2004.
2. PRADO JR, M. V. do. Natação para pessoas com deficiência mental leve. Adapta a Revista Profissional da Sobama, v. 2, n. 1, p. 28-31, 2006.
3. BICHUSKY, R. Natação e a Pessoa Com Deficiência: Análise do processo de inclusão nas academias da cidade de Bauru-SP. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Licenciatura Em Educação Física)- Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2008.
4. VAN MUNSTER, M. A; ALVES, C. F. Natação adaptada: natação para pessoas com deficiência ou simplesmente natação? In: Natação e atividades Aquáticas: Subsídios para o ensino. Org. Paula H. Lobo da Costa. Barueri-SP: Editora Manole, (2010).
5. NABEIRO, M. Et al. Performance assessment of people with disability (PWD) afther a period of swimming practice. Book of abstracts 19th International Symposium of Adapted Phsical Activity. Istanbul, Turkey, 2013.

Apoio financeiro: Proex/UNESP

Entidades: Departamento de Educação Física – Sorri-Bauru – Grupo de Estudos e Pesquisa em Atividades Aquáticas (GEPAA)

Iniciação ao Tênis em cadeira de roda no Programa Segundo Tempo Esporte Adaptado/UFSM

Introduction to Tennis in wheel chair in Second Half Program Adapted Sports / UFSM

Luciana Erina Palma; Bhanca Conterato Patias; Thaís Machado Costa; Rafaella Righes Machado; Andressa Leão; Bruna Manoela Klasener; Daniel Gonçalves Pinto; Sofia Wolker Manta; Elciana Buffon

Email pra contato: bhiancaz@ahoo.com.br

Resumo

O Programa Segundo Tempo (PST) Esporte Adaptado (EA), do Ministério do Esporte (ME) e da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social é um programa destinado a democratizar o acesso a prática dos EA por pessoas com deficiência, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida. Objetivo: Proporcionar as pessoas com deficiência física o ensino e a aprendizagem do tênis em cadeira de rodas. Metodologia: Participam das aulas quatro alunos do sexo masculino, abrangendo uma faixa etária de 20 a 60 anos. As aulas vêm ocorrendo desde março de 2013, na Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul e até o presente momento foram ministradas 29. Semanalmente são realizadas reuniões pedagógicas para o planejamento e elaboração dos pareceres descritivos. Nos pareceres consta a avaliação das aulas (objetivo principal, descrição das atividades e estratégias de ensino). Resultados: Serão apresentados dados parciais, visto que até o momento as aulas vêm sendo realizadas. Notou-se nesses primeiros meses uma maior compreensão sobre o entendimento da modalidade, assim como melhor desempenho motor nos fundamentos técnicos. As principais habilidades motoras trabalhadas durante as aulas tiveram como base: habilidades estabilizadoras: equilíbrio e empunhadura; habilidades locomotoras: deslocamentos com a cadeira de rodas (laterais, para frente e para trás) e habilidades manipulativas: backhand e forehand, smach, saque e voleio. Conclusão: Sendo assim, percebe-se que o processo de ensino e de aprendizagem do tênis em cadeira de rodas tem contribuído satisfatoriamente para o desenvolvimento do Programa, como também o método de ensino empregado foi satisfatória para a compreensão e conhecimento dos alunos sobre a modalidade. Palavras chave: esportes, qualidade de vida, tênis de quadra.

Introdução

Programa Segundo Tempo (PST) através das suas diretrizes vem desenvolvendo diferentes atividades voltadas ao público com deficiência. De acordo com autores “a atividade física esportiva tem auxiliado crianças e jovens a não só adquirir autonomia e independência, como também resgatar a autoestima, autoconfiança, as relações sociais com seu equilíbrio” (p.115)¹.

Convergindo com as diretrizes do Programa, a Universidade Federal de Santa Maria, implantou em agosto de 2012, através do Núcleo de Apoio e Estudos da Educação Física Adaptada (NAEEFA) do Centro de Educação Física e Desportos (CEFD), o PST, tendo como foco os Esportes Adaptados. Em virtude das especificidades locais, foram propostas atividades recreativas e esportivas que contemplasse uma melhor qualidade de vida dos alunos em ambientes acessíveis e adequados as práticas. Dentre essas, destaca-se nesse trabalho o Tênis em Cadeira de rodas.

O tênis em cadeira de rodas é uma modalidade paralímpica que vem sendo desenvolvida em âmbito mundial desde o ano de 1976, no entanto, no Brasil teve seu início em 1985. Este esporte pode ser praticado por pessoas com deficiência física dentre elas lesados medulares e amputados e tende a proporcionar aos praticantes uma a melhora nos aspectos físicos e sociais contribuindo para maior independência em atividades de vida diária e conseqüentemente melhor qualidade de vida. A prática de atividades físicas promove na população em geral melhora nos âmbitos físicos, sociais, emocionais e cognitivos,

“a atividade física, realizada em grupo, é de fundamental importância, pois permite aos seus integrantes adquirirem uma identidade social, sentir e ter compromisso com algo e com o grupo, de viver o sentimento de confiança, sentir reforços sociais provenientes do grupo, desenvolver um grande grau

de amizade com outros participantes e viver a relação de companheirismo... e são responsáveis por comportamentos afetivos”(p. 121)².

Sendo assim, busca-se a partir do desenvolvimento do esporte adaptado proporcionar as pessoas com deficiência física a iniciação ao tênis em cadeira de rodas promovendo uma maior participação social e melhor qualidade de vida a este público.

Metodologia

Para que o projeto fosse desenvolvido em um primeiro momento foram selecionados monitores esportivos, acadêmicos do curso de Educação Física Licenciatura e Bacharelado, assim como contou-se com a participação de monitores voluntários e professores de Educação Física. A divulgação do projeto aos participantes foi feita através do contato com a Associação de Pessoas com Deficiência Física (ASADEF) da cidade local, como também nas Instituições Especiais, Escolas Estaduais e Municipais, na Comissão de Acessibilidade da UFSM e nos projetos do NAEEFA/CEFD que havia a participação de pessoas com deficiência física.

Posteriormente realizaram-se reuniões de estudos, juntamente com os monitores e professores para a estruturação do cronograma de conteúdos a serem desenvolvidos o longo das aulas. Semanalmente são realizadas reuniões de planejamento, reflexões e avaliações das aulas anteriores, procurando sempre contemplar as dificuldades dos alunos através de estratégias facilitadoras ao processo de ensino e de aprendizagem.

As atividades práticas são desenvolvidas no Ginásio Didático I do Centro CEFD/UFSM desde março de 2013, uma vez por semana com duração de 60 minutos. Até o momento foram ministradas 29 aulas. Os participantes são quatro alunos com deficiência física, do sexo masculino, sendo dois com seqüela de poliomielite

e um com má formação congênita, abrangendo uma faixa etária de 20 a 60 anos.

As aulas são ministradas por quatro monitores esportivos do PST e duas professoras de Educação Física coordenadoras do Programa. Como forma de organização e planejamento das aulas semanalmente é realizada as reuniões pedagógicas em que são discutidas as estratégias de ensino e aprendizagem por meio de pareceres descritivos que consta, objetivo da aula, descrição das atividades, avaliação da aula e dos alunos. O procedimento de avaliação dos alunos consta de itens presentes nos pareceres descritos nas quais são observados, o desempenho do aluno na atividade proposta, se conseguiu completar total ou parcialmente o objetivo, necessidades de adaptação.

O método de ensino inicialmente utilizados nas aulas foi por meio da exploração, onde buscou possibilitar de forma lúdica a descoberta dos movimentos essenciais ao processo de aprendizagem da modalidade, para que ao longo das aulas fosse adotado um método diretivo e global, para serem trabalhados os fundamentos específicos do tênis em cadeira de rodas.

Resultados

Os resultados apresentados são parciais visto que as atividades estão em andamento no Programa. Trabalhou-se nesse primeiro mês, habilidades motoras dos fundamentos técnicos para a aprendizagem da modalidade como: habilidades estabilizantes: equilíbrio e empunhadura; habilidades locomotoras: deslocamentos com a cadeira de rodas (laterais, para frente e para trás) e habilidades manipulativas: backhand e forehand dentro de atividades que já desenvolvessem também a dinâmica de jogo.

Discussão

O jogo propriamente dito está sendo explorado de maneira lúdica e recreativa envol-

vendo situações de criatividade e exploração dos espaços de situação de jogo, como também se apropriando de diferentes variações, gerando novas desconfortos para resolução de problemas e motivações³. Através do jogo como primeiro passo para o ensino, os praticantes passam a entender o jogo e identificar as competências mais importantes a serem desenvolvidas para melhorarem sua prática⁴.

Conforme o desenvolvimento das aulas a complexidade das tarefas foi sendo inserida de acordo com o desempenho e ritmo dos alunos. Os métodos de ensino trabalhados contemplaram tanto o modo diretivo como global, obedecendo a uma sequência lógica e gradual, respeitando as individualidades e as potencialidades de cada aluno.

O processo de ensino aprendizagem enfatizou o modelo global por ser mais adequado, onde a execução completa do fundamento produz um aprendizado mais proveitoso e torna o aluno mais apto a enfrentar as situações presentes no jogo, assim como o ensino através de situação específicas do jogo⁵.

Conclusão

Sendo assim, tendo como base os dados analisados até o momento, percebe-se que o processo de ensino e de aprendizagem do tênis em cadeira de rodas tem contribuído satisfatoriamente para o desenvolvimento do PST, pois possibilitou-se a inserção desta modalidade as pessoas com deficiência física, uma vez que era um esporte até então desconhecido pelo grupo e que no decorrer das aulas foi possível acompanhar a melhor compreensão e aperfeiçoamento dos gestos técnicos. Os métodos de ensino empregados nesse processo também contribuíram positivamente para o andamento das aulas, uma vez que iniciou-se pela exploração para posteriormente englobar o meio diretivo para a aprendizagem.

Referências

1. MARQUES, A. C.; CIDADE, R. C.; LOPES, K. A. T. Questões da deficiência e as ações no programa Segundo Tempo. In: OLIVEIRA, A. A. B. de; PERIM, G.L.Org). *Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática*. Maringá: Eduem, 2009, p. 115-161;
2. COSTA, A. M. da. Atividade Física e a Relação com a Qualidade de Vida, Ansiedade e depressão em Pessoas com seqüelas de Acidente Vascular Cerebral Isquêmico (AVCI). Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
3. GRECO, P. J.; SILVA, S. A.; SANTOS, L. R. Organização e Desenvolvimento Pedagógico do esporte no Programa Segundo Tempo. In: OLIVEIRA, A. A. B. de; PERIM, G.L.Org). *Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática*. Maringá: Eduem, 2009, p.163-206.
4. QUIDIM, F.G.; VAN MUNSTER, M.A. Tênis em Cadeira de Rodas: Proposta Pedagógica para a Iniciação na Modalidade, 2011 – ISSN 2175-960X. p.968
5. GÁRCIA, J.P.F. Métodos de ensino e destrezas da comunicação do ensino do tênis. In: BALBINOTTI, C. (org). *O Ensino do Tênis : Novas Perspectivas de Aprendizagem*. Porto Alegre : Artmed, 2009. P.46-60.

Iniciação no paradesporto: o processo de ensino e de aprendizagem do goalball

Initiation in parasports: the process of teaching and learning goalball

Paloma Tamara da Costa; Luciana Erina Palma; Deise Pacheco Pivetta; Laisa Ferst Bard; Lucas Machado de Souza; Marlise Mendes; Rodrigo Dahmer; Tainã Mello Gai; Vitor Pujol; Sofia Wolker Manta

Universidade Federal de Santa Maria
Email: palomah_tamara@hotmail.com

Resumo

Introdução: O goalball no âmbito do paradesporto tem sido uma importante ferramenta de inclusão social as pessoas com deficiência visual. **Objetivo:** Analisar as estratégias de ensino-aprendizagem adotadas para o desenvolvimento da modalidade de goalball. **Método:** O estudo foi realizado em um projeto de extensão de uma Universidade Federal do Rio Grande do Sul (RS). A análise das estratégias de ensino-aprendizagem foi correspondente ao período de 2011 a 2012. As observações foram descritas e reunidas em categorias de análise para a apresentação dos dados. **Resultados:** Conforme os dados os recursos materiais; instrução e organização das atividades e o desenvolvimento dos fundamentos técnico-táticos foram elementos importantes para o processo de ensino e de aprendizagem na modalidade. **Discussão:** A sistematização das estratégias contribui para o entendimento e leitura do jogo, como também a possibilidade de oferecer maior liberdade para que os próprios participantes criassem diferentes habilidades motoras para melhor desempenho. **Conclusão:** As estratégias de ensino e de aprendizagem visaram contribuir com desenvolvimento desta modalidade paradesportiva.

Palavras chave: Goalball; pessoas com deficiência visual; ensino; aprendizagem.

Introdução

A prática de atividade esportiva voltada às pessoas com deficiência vem crescendo nos últimos anos e tem promovido além da inclusão social, o aprimoramento das capacidades físicas, melhoria da autoestima, da autoimagem e da autorealização¹. Além disso, o esporte pode ser um importante componente associado à atividade física na adoção de um estilo de vida mais ativo, com benefícios diretos para a saúde física e mental².

Na iniciação esportiva o processo de ensino e de aprendizado é um importante componente a ser discutido para o desenvolvimento de qualquer modalidade. Este processo tem relação nas estratégias que são criadas e dirigidas para facilitar a informação, a compreensão e o entendimento por parte de quem aprende e de quem ensina³.

No caso específico da modalidade do goalball o conhecimento sobre a deficiência visual e as experiências adquiridas de cada pessoa, contribui para facilitar a criação e estruturação das estratégias⁴. Por isso, possibilitar diferentes recursos materiais, a sistematização das instruções e organizações das atividades, além do desenvolvimento dos fundamentos técnicos táticos da modalidade devem levar em consideração as peculiaridades da deficiência dos participantes e as estratégias necessárias para a aprendizagem.

Sendo assim, reconhecendo a importância da prática esportiva às pessoas com deficiência visual tem-se como objetivo analisar as estratégias de ensino-aprendizagem adotadas para o desenvolvimento da modalidade de goalball.

Método

O estudo foi realizado em um projeto de extensão de uma Universidade Federal do RS. A análise das estratégias de ensino e de aprendizagem foi correspondente ao início do projeto no segundo semestre de 2011 a dezembro de 2012, o mesmo continua em andamento.

Os participantes do projeto eram pessoas com deficiência visual, do sexo masculino, sendo três cegos e três com baixa visão. Os professores que ministraram as aulas eram formados em Educação Física e também acadêmicos de graduação tanto de Licenciatura quando do curso de Bacharelado. Os planejamentos de cada encontro eram elaborados em reuniões pedagógicas e avaliados ao final sob a forma de pareceres descritivos.

As aulas foram observadas e as descrições das estratégias para o processo de ensino e de aprendizagem foram reunidas em categorias de análise para a apresentação dos dados.

Resultados

Os resultados serão apresentados na forma de categorias de análise subdividindo-se em: a) Recursos Materiais; b) Instrução e organização das atividades e c) Desenvolvimento dos sistemas técnicos- táticos.

a) Recursos materiais

Nesta categoria os recursos materiais dizem respeito aos materiais adaptados utilizados para facilitar o ensino-aprendizagem para a compreensão da dinâmica do jogo e entendimento da modalidade. Por isso, foram construídos materiais como maquetes tendo a marcação das linhas em alto relevo; bolas adaptadas- bolas de basquete envoltas por sacolas plásticas; fitas de marcação na quadra- em barbante e fitas adesivas sobrepostas, cones e cordas para limitar o gol e/ou baliza, e vendas em tecido para cobrir os olhos.

b) Instrução e organização das atividades

No que diz respeito a esta categoria, para as instruções será levado em consideração a comunicação verbal e não verbal com que se pode conduzir uma atividade pelos professores de Educação Física. A comunicação verbal pode ser fornecida por estímulos verbais e/ou aditivos, como a fala e sons e, a comunicação não verbal/

sinestésica relacionada a gestos corporais e táteis para a realização do movimento⁴.

A comunicação verbal, tanto oral (falada) como auditiva (estímulo sonoro), esteve presente em grande parte das instruções das atividades. No início de cada encontro os participantes eram convidados a se deslocarem ao centro da quadra para o início das atividades. Para este procedimento o estímulo sonoro adotado era as palmas sinalizadas por um professor para que todos deslocassem em direção ao som. Da mesma forma, este procedimento era adotado em toda e qualquer orientação semelhante que necessitasse de um deslocamento longo.

Quanto a instrução das atividades o feedback foi um importante recurso para auxiliar a aprendizagem. Esteve presente no reforço e correção dos posicionamentos, gesto motor, a direção empregada da bola e leitura do jogo. Assim como, as palmas como um recurso sonoro para a percepção espacial dos participantes na localização e direcionamento dos arremessos.

Para o desenvolvimento da modalidade é importante que o ambiente escolhido seja bastante silencioso e sem muitas interferências de estímulos externos, visto a necessidade de perceber com nitidez os sons do espaço, da bola e das orientações verbais dos professores para facilitar o processo de ensino-aprendizagem.

Para a organização das atividades foi fundamental que os participantes conhecessem o espaço em que eles estavam explorando e assim, adquirissem maior autonomia em sua mobilidade. Para isso, percebeu-se a necessidade dos participantes reconhecerem a entrada e saída do local, a localização dos banheiros, bebedouros e disposição dos seus materiais.

A partir disso, as atividades foram sendo organizadas adotando as orientações do simples ao complexo, tanto para a exploração do ambiente, quanto dos fundamentos técnicos táticos necessários ao desenvolvimento do ensino e da aprendizagem do goalball. Desta forma, a complexidade foi sendo inserida conforme maior autonomia dos participantes no entendimento do jogo e dos fundamentos.

c) Desenvolvimento dos sistemas técnicos-táticos

Em se tratando de pessoas com deficiência visual para melhor instrução e organização das atividades foi primordial conhecermos os domínios dos conceitos de lateralidade, direcionalidade, concepção temporal, espacial e corporal dos participantes, para assim serem inseridos de forma mais segura os fundamentos. Estas atividades inicialmente tiveram um objetivo lúdico e recreativo.

Logo em seguida e gradualmente, a compreensão e conhecimento dos fundamentos propriamente ditos da modalidade em que foram trabalhados de maneira mais diretiva⁵. As instruções sobre os fundamentos de defesa foram explicados conforme os três momentos do ato defensivo: a atenção, reação e finalização⁵. Em alguns encontros foi adotado o não uso da venda como uma forma de estimular a percepção da visão remanescente daqueles participantes que tinham ou baixa visão ou percepção de luminosidade.

Nas primeiras atividades envolvendo a técnica de defesa os alunos apenas deveriam executar a posição de defesa na fase de atenção e direcionar-se para o som nessa mesma posição. Para isso os professores arremessavam a bola sem empregar muita velocidade. Aos poucos os mesmos foram posicionados nas linhas da quadra, alas e pivôs, para o reconhecimento do espaço oficial.

A técnica do ataque foi sendo inserida conforme a dinâmica das atividades. Somente o arremesso de frente, por isso adotou-se trabalhar em dupla apenas defesa e arremesso, estando às mesmas afastadas nos espaços da quadra para que não houvesse dificuldades na percepção dos sons das bolas.

Conforme o entendimento destas especificidades as atividades começaram a ser direcionadas a situação real de jogo e no espaço oficial da quadra, deixando de ser movimentos mais estáticos para mais dinâmicos em progressão. Desta forma, foi possível a inserção da explicação das outras formas de arremesso da bola, entre as pernas e com giros.

Discussão

O desenvolvimento da modalidade de goalball além de ser uma possibilidade de inclusão social para as pessoas com deficiência visual, é um jogo que oferece a oportunidade para que tanto pessoas com baixa visão, como cegos ou que propriamente não tenham a deficiência possam participar simultaneamente, já que o uso de vendas é obrigatório.

Como também, as próprias habilidades motoras e capacidades físicas trabalhadas no ensino e na aprendizagem são elementos importantes que contribuem para o cotidiano das pessoas com deficiência visual, já que precisam de uma aguçada percepção tátil, auditiva e espacial para a sua mobilidade⁶. Isto terá efeitos diretos na autonomia, confiança, autoestima e maior socialização por parte dos participantes, sendo possível observar que muitos dos participantes passaram a ser mais autônomos deslocando-se sozinhos aos espaços de prática.

As estratégias de ensino e de aprendizagem criadas e adotadas com este grupo em específico partiram das próprias experiências dos professores envolvidos, mas também do conhecimento gradual sobre as especificidades de cada participante. Pois, como alguns tinham baixa visão ou ainda uma percepção luminosa, foi estimulada a visão remanescente, pelo não uso da venda em determinadas atividades, como mais uma forma de estimulação e melhor assimilação do conhecimento aprendido⁷.

A adaptação dos materiais permitiu que a modalidade fosse iniciada mesmo sem o acesso aos materiais oficiais da modalidade. Com isso, a maquete em forma reduzida da quadra de goalball permitiu que os participantes compreendessem a dinâmica e as regras do jogo de maneira mais simplificada.

A instrução das atividades, assim como a organização das mesmas foram elementos importantes que foram sendo discutidos conforme o andamento das atividades. A comunicação exerce um papel fundamental na orientação do processo de ensino- aprendizagem e destaca-se

os tipos de instrução do professor como estratégias importantes que irão auxiliar na melhor transmissão e entendimento do conteúdo³.

A sistematização das estratégias presentes no estudo foi importante para o desenvolvimento e aprendizagem da modalidade de goalball o que contribui para o entendimento e leitura do jogo, como também a possibilidade de oferecer maior liberdade para que os próprios participantes criassem diferentes habilidades motoras para melhor desempenho.

Considerações Finais

Sendo assim, as estratégias de ensino e de aprendizagem descritas para a construção de recursos materiais, instrução e organização das atividades como também a sistematização dos fundamentos técnicos- táticos a serem trabalhados no processo de desenvolvimento do goalball visou contribuir com desenvolvimento desta modalidade paradesportiva.

Com isso, pretende-se com os dados desse estudo contribuir com a área do esporte voltado as pessoas com deficiência visual, para que um número maior de projetos, programas, clubes ou associações promovam ações e estratégias de ensino e de aprendizagem para o acesso as práticas esportivas a este público.

Referências Bibliográficas

1. TOSIM, A.; JUNIOR, A. P.; LEITÃO, M. T. K.; SIMÕES, R. Sistemas técnicos e táticos no goalball. Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte – 2008, 7 (2): 141-148. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/view/590/376> Acessado em: 06 de junho de 2013.
2. MAUERBERG-DeCASTRO, E. Atividade Física Adaptada. Ribeirão Preto: Tecmed, 2005.
3. GRAÇA, A.; MESQUITA, I. Ensino do Desporto. In: TANI, G.; BENTO, J. O.; PETERSEN, R. D. S. Pedagogia do Desporto. Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 2006.

4. PALMA, L. E. Comunicação: fundamento para a mediação pedagógica em educação física para alunos com necessidades educacionais especiais. 2004. 174f. Tese (Doutorado em Ciência do Movimento Humano) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2004.
5. NASCIMENTO, D. F.; MORATO, M. P. Goalball: Manual de Orientação para Professores de Educação Física. Brasília, Comitê Paraolímpico Brasileiro, 2006.

6. GORGATTI, M. G. Atividades Físicas e Esportivas para Crianças e Adolescentes com Deficiência. In: ROSE JR, D. et al. (org.) Esporte e atividade física na infância e na adolescência: uma abordagem multidisciplinar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
7. MUNSTER, M, A.; ALMEIDA, J. J. G. Atividade Física e Deficiência Visual. In: GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. São Paulo: Manole, 2005..



Práticas pedagógicas utilizados por professores de judô no ensino de crianças com deficiência visual

Educational practices used by judo teachers in teaching of children with visual impairment

Gabriela Simone Harnisch^{1,2}; Jalusa Andréia Storch^{1,2,3}; Bruna Bredariol¹; José Júlio Gavião de Almeida¹; Douglas Roberto Borella^{2,3}; Robson Frank²; Aline Miranda Strapasson¹; Mariane Borges¹; Priscila Samora Godoy¹

1 – Programa de Pós Graduação em Educação Física da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); 2 – Curso de Educação Física da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); 3 – Programa de Pós Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).
E-mail contato: agaby@hotmail.com

Resumo

Introdução: o judô envolvendo pessoas com deficiência visual (DV) é uma modalidade paralímpica que demanda poucas adaptações em suas regras, visto que a modalidade caracteriza-se por curta distância entre os combates e o contato constante entre os competidores. Neste íterim, as práticas da modalidade apresentam poucas adaptações de modo geral. **Objetivo:** verificar as práticas pedagógicas utilizadas por professores de judô em relação ao aluno com deficiência visual. **Método:** o estudo caracterizou-se como uma pesquisa de campo de caráter descritivo, sendo a amostra composta por dois professores que continham em suas turmas de judô, crianças com deficiência visual. Como instrumento para coleta de dados, foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado elaborado, testado, readequado e aplicado pelos pesquisadores, cuja análise foi delineada pela análise de conteúdo das perguntas abertas, e, posteriormente, pelo método misto, que envolve os métodos qualitativos e quantitativos. **Resultados:** os resultados apontaram que os professores utilizaram principalmente a metodologia de exposição verbal para o repasse dos conteúdos aos alunos com DV; quanto às estratégias de ensino foi empregado o auxílio de colegas tutores, e, o ensino de forma individualizada quando necessário, tendo em vista as necessidades e dificuldades individuais dos alunos em foco. Ressalta-se a preocupação dos participantes nos demais alunos de judô, que não possuem deficiência. **Conclusões:** sabe-se que antes de pensar no processo do ensino de uma modalidade, torna-se imprescindível que o professor conheça o tipo de deficiência (no caso a DV), origem (congenita ou adquirida), classificação funcional, e suas implicações sobre o desenvolvimento global das crianças, sobretudo nos aspectos cognitivo e motor. Nesta vertente, acredita-se que novos questionamentos sejam levantados frente ao tema explanado, de modo que sejam analisadas outras práticas pedagógicas diferenciadas, além de uma sistematização de procedimentos que sejam disponíveis e acessíveis a realidades dos professores e contemplem as necessidades e anseios dos alunos com deficiência visual.

Palavras Chave: Práticas Pedagógicas; Judô; Deficiência Visual.

Introdução

A história do judô reporta-se ao ano de 1882, sendo idealizado por Jigoro Kano, tornando-se o primeiro esporte de origem asiática a ingressar no programa paralímpico. A estréia em Paralimpíadas ocorreu em Seul – China, no ano de 1988, para os homens e no ano de 2004, em Atenas, para as mulheres¹.

No judô paralímpico, competem apenas pessoas com deficiência visual, sendo divididas conforme a acuidade visual, o que é explicada pela IBSA(1) por meio da seguinte classificação visual: B1: acuidade visual com LogMAR menor que 2,60; B2: acuidade visual com o LogMAR entre 1,50 e 2,60 e/ou campo visual menor ou igual a 10 graus e, B3: atletas que apresentam a acuidade visual com o LogMAR entre 1,40 e 1,0 e/ou campo visual menor que 40 graus.

Assim, poucas as diferenças observadas entre o judô olímpico e paralímpico, pois existem apenas “algumas adaptações que visam a segurança dos atletas, e desse modo as estratégias pedagógicas aplicadas para o treinamento podem seguir a mesma tendência”².

Partindo deste pensar, o objetivo da pesquisa foi verificar as práticas pedagógicas utilizadas por professores em relação ao aluno com deficiência visual.

Materiais e métodos

O presente estudo tratou-se do recorte de um Trabalho de Conclusão de Curso, desenvolvido na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), o qual foi caracterizado como uma pesquisa de campo de caráter descritivo³. A amostra foi composta por dois professores de judô, nomeados como “A” e “B”, com idade variando de 25 a 32 anos de idade, ambos com graduação em Educação Física, que continham em suas turmas alunos com deficiência visual (cegueira).

Como instrumento para coleta de dados, foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado, que foi elaborado e aplicado pelos pesquisadores, em momentos e locais agendados previamente, com os dados analisados de forma mista, a partir da categorização das respostas pela análise de conteúdo^{3,4}.

Ressalva-se que o presente estudo seguiu a resolução 196/196 do Conselho Nacional de Saúde, sendo aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, com o parecer número CAAE 05621612.5.0000.0107.

Resultados

Para elucidar os resultados obtidos acerca das diferenças encontradas no processo de ensino para crianças com deficiência visual e crianças videntes, apresenta-se alguns trechos das entrevistas:

“Acredito que existem diferenças, pois com os alunos com DV eu não posso utilizar a demonstração, que é o método que eu mais uso com o restante dos alunos” (professor “A”).

“Sim. Senti bastante dificuldade no início das aulas, por não ser acostumado a falar muito, mas, depois descobri que falando eu poderia facilitar o aprendizado e passei a utilizar das explicações verbais com todos os meus alunos” (professor “B”).

A partir dos relatos dos professores de judô, percebe-se que eles não possuíam vivências anteriores em relação à alunos com DV; porém, quando estes alunos ingressaram, buscaram métodos e estratégias para contemplar todos os alunos.

Quanto às estratégias utilizadas pelos professores para o ensino do judô às crianças com DV, destaca-se:

“Deixei o meu aluno com DV em uma turma com idade menor, para que ele desenvolvesse algumas habilidades motoras que ele ainda não possuía, além de utilizar dos colegas para auxiliar no ensino e nas atividades” (professor “A”).

“Deixei o meu aluno incluído com os demais, porém, para conseguir ensinar alguns fundamentos específicos do judô, eu ensinava separadamente, para não atrapalhar o andamento da aula e o aprendizado dos demais” (professor “B”).

Percebe-se assim, que ambos os professores preocuparam-se em incluir os alunos com DV nas aulas de judô. Ressalta-se a preocupação com o desenvolvimento das habilidades motoras, além do ensino individualizado frente a atividades de maior complexidade, ou por meio do colega tutor que prestou auxílio durante as aulas.

Discussão

Para promover a discussão sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos dois professores participantes do estudo frente ao ensino do judô para crianças com deficiência visual, ressalta-se que o desenvolvimento de crianças com DV apresenta-se com um número menor de interações, assim, estas crianças atingem os estágios de desenvolvimento em idades superiores aos das crianças sem deficiência visual⁵.

Assim, justifica-se a estratégia apresentada pelo professor “A”, em enquadrar o aluno com DV em uma turma em que o mesmo esteja equalizado com os demais colegas. Ainda, nos treinamentos, verificam-se valores comuns compartilhados entre praticantes de judô com e sem deficiência, e isso é fundamental para a qualidade da integração desses sujeitos. Isso ilustra uma oportunidade dentro da modalidade para promoção da qualidade de vida e para a valorização do talento atlético⁶.

De acordo com as falas apresentadas pelos professores de judô, pode-se considerar que nem sempre a formação em Educação Física é suficiente para suprir os conhecimentos relacionados a alunos com deficiência. Para esse enfrentamento durante a atuação profissional, são necessárias novas estratégias de ensino, dentre as quais, o recurso didático do emprego do Colega Tutor (Peer Tutor) pauta-se em um modelo no qual colegas sem deficiência da mesma idade ou mais velhos, dão suporte para um colega com deficiência nas aulas^{7,8}.

Considerações Finais

Tendo em vista o objetivo delimitado para este estudo, constatou-se que as práticas pedagógicas utilizadas para o ensino do judô as crianças com deficiência visual podem ser otimizadas por meio de estratégias de ensino individuais ou por meio da utilização do colega tutor.

Entretanto, sabe-se que antes de pensar no processo do ensino de uma modalidade, torna-se imprescindível que o professor conheça o tipo de deficiência (no caso a DV), origem (congenita ou adquirida), classificação funcional, e suas implicações sobre o desenvolvimento global das crianças, sobretudo nos aspectos cognitivo e motor.

Nesta vertente, acredita-se que novos questionamentos sejam levantados frente ao tema explanado, de modo que sejam analisadas outras práticas pedagógicas diferenciadas, além de uma sistematização de procedimentos que sejam disponíveis e acessíveis a realidades dos professores e contemplem as necessidades e anseios dos alunos com deficiência visual.

Referências

1. International Blind Sports Federation – Ibsa. Disponível em: <http://www.ibsajudo.com/federation/>. Acesso em: 23 out. 2013.

2. Cerqueira D, Gomes MSP, Almeida JJG. Judô. In: Winckler C, organizador. *Esporte Paralímpico*. São Paulo: Atheneu, 2012. 161-168.
3. Thomas JR, Nelson JK, Silverman SJ. *Métodos de pesquisa em atividade física*. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. Bardin L. *Análise de conteúdo*. 5ª ed. Lisboa, Pt: Edições 70, 2008.
4. Oliveira Filho CW, Almeida JJG. *Pedagogia do Esporte: um enfoque para pessoas com deficiência visual*. In: Paes RR, Balbino HF. *Pedagogia do Esporte*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. 91-110.
5. Miarka B, Interdonato GC, Greguol M, Franchini, E. *Paraolimpismo, judô adaptado e suas condições de Convivência*. *Revista Hórus*, 2011; 5(1) 251-261.
6. Macmaster KL, Fuchs D, Fuchs LS. Using peer tutoring to prevent early reading failure. In Thousand JS, Villa RA, Nevin, AI (editors.). *Creativity and Collaborative Learning: The Practical Guide to Empowering Students, Teachers and Families*. 2. Ed. Baltimore: Paul H. Brookes Publishing Co, 2002. p. 235-246.
7. Maheady L, Sacca MK, Harper GF. Classwide peer tutoring with mildly handicapped high school students. *Exceptional Children*, 1998; 55 (1): 52-59.



